



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE AGRONOMIA

EMILLY ESTEFANY FIRMINO BATISTA

**COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
AMBIENTES URBANOS: ESTUDO DE CASO COM FEIRANTES DA FEIRA
CULTURAL DA REFORMA AGRÁRIA EM FORTALEZA-CE**

FORTALEZA

2025

EMILLY ESTEFANY FIRMINO BATISTA

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
AMBIENTES URBANOS: ESTUDO DE CASO COM FEIRANTES DA FEIRA
CULTURAL DA REFORMA AGRÁRIA EM FORTALEZA–CE

Monografia apresentada ao Curso de
Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa
Moreira.

Coorientador: Me. Francisco Tavares Forte
Neto

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B336c Batista, Emilly Estefany Firmino.
Comercialização de produtos da agricultura familiar em ambientes urbanos : estudo de caso com feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária em Fortaleza–CE / Emilly Estefany Firmino Batista. – 2025. 55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira.

Coorientação: Prof. Me. Francisco Tavares Forte Neto.

1. agricultura familiar. 2. feiras agroecológicas. 3. circuitos curtos de comercialização. 4. agroecologia. 5. desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 630

EMILLY ESTEFANY FIRMINO BATISTA

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
AMBIENTES URBANOS: ESTUDO DE CASO COM FEIRANTES DA FEIRA
CULTURAL DA REFORMA AGRÁRIA EM FORTALEZA-CE

Monografia apresentada ao Curso de
Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

Aprovada em: 15/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Francisco Tavares Forte Neto (Coorientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Cassimiro Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Mara Cibely de Oliveira Silva Kroeff
Universidade Federal de Vicoça (UFV)

A Deus.

Aos meus pais, irmãos e amigos queridos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por toda a Sua graça e misericórdia, sem as quais jamais teria chegado até aqui.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais por todo amor, compreensão e até mesmo pelas necessárias repreensões. Obrigada por me darem liberdade para tomar minhas decisões e por me incentivarem a buscar o melhor para a minha vida. Sou profundamente grata por todos os sacrifícios feitos para que eu tivesse uma educação de qualidade e por serem a rede de apoio que sustenta meus sonhos.

Estendo minha gratidão aos meus irmãos (que são muitos, rs), cada um ocupando um espaço único no meu coração. Agradeço especialmente a Hadassa, a Ana Beatriz e ao Calebe que, mesmo sem saber, foram motivos importantes para que eu continuasse nesta jornada. A João Pedro, agradeço por ser, além de irmão, um grande amigo, aquele que partilha comigo dias difíceis e também muitas alegrias. Obrigada por seus conselhos e por ser uma inspiração para mim. Aos demais, não fiquem com ciúmes: amo imensamente vocês também.

Agradeço aos meus avós e parentes que contribuíram para minha criação. Em especial, agradeço à minha querida vó Gerarda, *in memoriam*, cujas lembranças permanecem vivas e eternas no meu coração.

À Maria Júlia, minha cunhada, deixo um agradecimento especial. Sua amizade ultrapassa os laços familiares. Obrigada por ser tão presente, por me fazer enxergar além do que eu conseguia e por celebrar minhas vitórias como se fossem suas.

Obrigada aos meus amigos que caminharam comigo durante todo o período universitário e que, de alguma forma, contribuíram para minha formação. Mesmo distantes, jamais esquecerei vocês.

Agradeço especialmente ao Rodrigo Bezerra por ser um amigo tão especial e por me encher de orgulho. A Paulo Marcelo, pela amizade e por me ajudar em tantos momentos com seu perfeccionismo, que tanto admiro. Ao Israel, agradeço por todo cuidado e por cada momento compartilhado. Posso afirmar que sou verdadeiramente grata a todos que tornaram esses anos de graduação mais leves e memoráveis.

Agradeço à Laila Queiroz por sua disponibilidade e responsabilidade, sem as quais eu não teria conseguido finalizar esta etapa. Obrigada por acreditar no meu sonho, por transformar esse trabalho em algo tão grandioso e por ter sido tão atenciosa justamente quando eu mais precisava.

Ao meu amor, Felipe Oliveira, agradeço por ser meu melhor amigo, por todo o seu

companheirismo e sua disponibilidade para me ajudar, independentemente das circunstâncias.

Agradeço aos meus intercessores por toda oração, carinho e pela força que me foi concedida para não desistir.

Obrigada a todos os amigos que fiz antes, durante e depois da universidade. Se vocês sabem o quanto este TCC representava um sonho a ser realizado neste ano, saibam que também merecem minha gratidão, pois tenho certeza de que me incentivaram a concluir essa etapa.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao PET Agrárias – Conexão de Saberes e ao Programa Residência Agrária por proporcionarem vivências que nenhuma sala de aula poderia oferecer. À professora Maria Lúcia, minha admiração pela humanidade e amor que dedica ao que faz.

Agradeço a todas as famílias que me acolheram durante as vivências de campo, especialmente seu Marcelino e Maria de Jesus, do Assentamento Bernardo Marin II. Obrigada pelo carinho, pelas lições de vida e por me ajudarem a amar ainda mais o campo e a agricultura familiar.

Meu agradecimento também aos amigos que fiz ao longo dos anos como bolsista do PET e da Residência. Em especial, Vitória Karollyne, Gabriel, Nayla e Késsia. Obrigada por todos os momentos engraçados, pelos trabalhos coletivos e por cada experiência compartilhada. Sempre sentirei saudades das nossas reuniões semanais, do café e do bolinho.

Agradeço à banca examinadora por sua disponibilidade e pelo comprometimento com o meu trabalho. Vocês também são parte dessa conquista.

A todos que foram mencionados, direta ou indiretamente, peço que Deus derrame bênçãos sem medidas sobre suas vidas e que o amor d'Ele as alcance de maneira extraordinária. Meu coração se enche de gratidão ao escrever estas palavras para vocês.

E, novamente, agradeço ao meu Deus, porque Ele é fiel e Sua bondade dura para sempre. Obrigada por ter me forjado uma mulher forte e persistente.

“Não existe nada que impeça, eu conheço o dono da promessa.

Ele se mantém fiel a mim.

Ele se mantém fiel.

E por mais que eu tenha pressa,

O tempo não anula a promessa, não.

Ele se mantém fiel a mim”.

“Estou convencido de que aquele que começou a boa obra em vocês, vai completá-la até o dia de Cristo Jesus”.

(Filipenses 1:6)

RESUMO

A agricultura familiar desempenha papel fundamental no abastecimento alimentar e na promoção do desenvolvimento sustentável, articulando dimensões econômicas, sociais e culturais. No Brasil, as feiras da agricultura familiar e agroecológicas constituem espaços estratégicos de circuitos curtos de comercialização, geração de renda e fortalecimento da economia solidária. Este trabalho teve como objetivo analisar o perfil, as práticas de comercialização, as percepções e os desafios enfrentados pelos feirantes da agricultura familiar na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza (CE). A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso de abordagem mista, com predominância qualitativa, de natureza descritiva, com apoio de estatística descritiva para organização dos dados quantitativos. Foram aplicados questionários semiestruturados a oito feirantes, abordando aspectos socioeconômicos, produtivos e perceptivos. Os resultados revelaram predominância de agricultores em População em Idade Ativa (PIA) e atuação diversificada na comercialização de alimentos in natura e produtos processados de base familiar. A feira mostrou-se um espaço relevante para geração de renda complementar, fortalecimento da autonomia produtiva e valorização do trabalho familiar, embora persistam desafios logísticos, estruturais e institucionais que limitam a ampliação das atividades. As percepções dos feirantes e consumidores indicaram elevado grau de confiança na origem dos produtos e reconhecimento da feira como território de aprendizagem, resistência e construção de cidadania alimentar. Conclui-se que a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto constitui um importante canal de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia urbana, configurando-se como espaço de integração entre campo e cidade e de promoção de práticas sustentáveis e solidárias.

Palavras-chave: agricultura familiar; feiras agroecológicas; circuitos curtos de comercialização; agroecologia; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Family farming plays a fundamental role in food supply and the promotion of sustainable development, articulating economic, social, and cultural dimensions. In Brazil, family farming and agroecological fairs constitute strategic spaces for short marketing circuits, income generation, and strengthening of the solidarity economy. This study aimed to analyze the profile, marketing practices, perceptions, and challenges faced by family farming vendors at the Agrarian Reform Cultural Fair of the Frei Humberto Training Center in Fortaleza (CE). The research was characterized as a mixed-methods case study, predominantly qualitative, descriptive in nature, with descriptive statistics supporting the organization of quantitative data. Semi-structured questionnaires were applied to eight vendors, addressing socioeconomic, productive, and perceptual aspects. The results revealed a predominance of farmers in the Working Age Population (WAP) and diversified activity in the marketing of fresh foods and processed family-based products. The fair proved to be a relevant space for generating supplementary income, strengthening productive autonomy, and valuing family labor, although logistical, structural, and institutional challenges persist, limiting the expansion of activities. The perceptions of vendors and consumers indicated a high degree of trust in the origin of the products and recognition of the fair as a territory for learning, resistance, and the construction of food citizenship. It is concluded that the Cultural Fair of the Agrarian Reform at the Frei Humberto Training Center constitutes an important channel for strengthening family farming and urban agroecology, establishing itself as a space for integration between the countryside and the city and for the promotion of sustainable and solidarity-based practices.

Keywords: family farming; agroecological fairs; short supply chains; agroecology; sustainable development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da faixa etária dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto	31
Tabela 2 – Distribuição dos municípios de origem dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto	33
Tabela 3 – Tempo de participação na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto	33
Tabela 4 – Percepção sobre contribuição da feira na renda familiar.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Principais produtos comercializados pelos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto (n = 8)	35
Figura 2 –	Produtos comercializados na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto	37
Figura 3 –	Oficina de formação em beneficiamento de alimentos em assentamento vinculado à Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto	38
Figura 4 –	Participação dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto em programas governamentais de incentivo (PAA e PNAE) (n = 8)	40
Figura 5 –	Principais dificuldades enfrentadas pelos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto (n = 8)	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1	Agricultura familiar e políticas públicas de apoio	16
2.2	Canais de comercialização da agricultura familiar	19
2.3	Consumo de produtos da agricultura familiar em áreas urbanas	21
2.4	Experiências e estudos de caso sobre feiras agroecológicas e da agricultura familiar	24
3	METODOLOGIA	27
3.1	Tipo e abordagem da pesquisa	27
3.2	Campo empírico e participantes	27
3.3	Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	28
3.4	Análise de dados	29
3.5	Limitações do estudo	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Perfil socioeconômico e territorial dos feirantes	31
4.2	Diversidade produtiva e valorização dos alimentos da agricultura familiar	35
4.3	Estratégias de comercialização e autonomia frente ao mercado convencional	38
4.4	Desafios e limitações estruturais na consolidação da feira	41
4.5	Sugestões, percepções e perspectivas sobre o consumo urbano agroecológico	43
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	53
	APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA FEIRA FREI HUMBERTO	54

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui o núcleo estruturante da produção de alimentos no Brasil e desempenha papel central na construção da soberania e da segurança alimentar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), mais de 70% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertencem a esse segmento, responsável por uma parcela expressiva dos alimentos que abastecem o mercado interno. Para além de sua relevância econômica, a agricultura familiar representa um modo de vida que articula valores culturais, relações de solidariedade, práticas agroecológicas e formas próprias de organização social (Grisa; Schneider, 2015; Ploeg, 2019; Wanderley, 2021).

Nas últimas décadas, o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável passou a reconhecer a agricultura familiar como eixo estratégico das políticas públicas, sobretudo por sua capacidade de conciliar produção, conservação ambiental e reprodução social, ou seja, sua permanência e renovação no campo (Carneiro, 2017; Anjos; Caldas, 2018). No contexto brasileiro, programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consolidaram-se como marcos de valorização da produção familiar, promovendo mercados locais, inclusão produtiva e sustentabilidade econômica (Triches; Schneider, 2010; Castro, 2021; Silva *et al.*, 2021).

Nesse cenário, as feiras agroecológicas e da agricultura familiar emergem como espaços privilegiados de comercialização, sociabilidade e resistência. Esses ambientes viabilizam a venda direta entre produtores e consumidores, eliminando intermediários e fortalecendo circuitos curtos de comercialização baseados em confiança e solidariedade (Gazolla; Schneider, 2017; Cunha; Sabourin, 2020; Darolt; Rover, 2021). Mais do que pontos de venda, as feiras assumem também dimensão educativa e política, promovendo a valorização da agroecologia, a preservação de saberes tradicionais e a construção de vínculos entre o campo e a cidade (Araújo; Ribeiro, 2018; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

A agroecologia, enquanto base conceitual e prática desse modelo de produção, compreende um enfoque científico, social e político voltado à construção de sistemas agrícolas sustentáveis, fundamentados na diversidade biológica, no uso racional dos recursos naturais e na valorização dos saberes locais (Caporal; Costabeber, 2004a; Altieri, 2012). Diferentemente da agricultura familiar tradicional, que pode empregar práticas convencionais e uso de insumos externos, a agricultura familiar agroecológica orienta-se por princípios ecológicos, autonomia produtiva e relações solidárias de comercialização, buscando reduzir a dependência de

agrotóxicos e fortalecer a soberania alimentar (Caporal; Costabeber, 2004; Ploeg, 2019). Assim, a agroecologia não se limita a técnicas de cultivo, mas configura-se como proposta de transformação social e econômica no meio rural.

A aproximação da autora com a temática desta pesquisa ocorreu a partir das vivências adquiridas durante o estágio de vivência e dos processos formativos desenvolvidos em espaços vinculados à reforma agrária. Essas experiências foram oportunizadas pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Agrárias – Conexão de Saberes, integrado ao Programa Residência Agrária da Universidade Federal do Ceará (UFC), que adota a pedagogia da alternância como base metodológica. Essa pedagogia organiza-se em dois tempos complementares: o Tempo Comunidade (TC) e o Tempo Universidade (TU). No TC, a autora inseriu-se na rotina de famílias assentadas da reforma agrária, participando de visitas, reuniões e atividades produtivas, além de acompanhar a dinâmica da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto, estabelecendo contato direto com sujeitos envolvidos na produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar. No TU, as observações e experiências vivenciadas no campo foram analisadas, discutidas e sistematizadas, possibilitando a articulação entre prática e reflexão. Foi a partir dessa trajetória formativa que emergiu o interesse pelo estudo da agricultura familiar, da reforma agrária e das experiências de comercialização solidária em espaços urbanos.

Em Fortaleza, no estado do Ceará, a Feira Cultural da Reforma Agrária, organizada no Centro de Formação Frei Humberto, representa uma experiência emblemática de integração entre agricultura familiar, economia solidária e movimentos sociais. Reunindo agricultores familiares de diversos municípios cearenses, a feira expressa a força organizativa e a resistência dos sujeitos do campo diante dos desafios impostos pelo modelo agroalimentar dominante. Além de sua função econômica, constitui um instrumento de formação política e de fortalecimento da economia solidária, ao oferecer alimentos saudáveis e aproximar produtores e consumidores em torno de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis (Cunha; Sabourin, 2020; Oliveira, 2021).

Apesar de sua importância, os agricultores familiares ainda enfrentam dificuldades para se inserir de modo estável e rentável nos mercados urbanos. Entre os principais entraves, destacam-se as limitações de infraestrutura, transporte, perecibilidade dos produtos e a descontinuidade das políticas públicas de apoio (Fonseca; Ribeiro; Oliveira, 2009; Gazolla; Schneider, 2017). Compreender essas dinâmicas é fundamental para o fortalecimento de estratégias que garantam autonomia, sustentabilidade e inovação social no meio rural.

Diante disso, este trabalho propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa:

Quais são as características, desafios e percepções que marcam a atuação dos feirantes da agricultura familiar na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza, e de que maneira esse espaço contribui para a construção de práticas sustentáveis e solidárias de comercialização e consumo?

A investigação justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das feiras agroecológicas como expressões de resistência e transformação social, em um contexto de crescente urbanização e de distanciamento entre quem produz e quem consome. Analisar a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto significa compreender como a agricultura familiar se reinventa, reconfigurando relações econômicas e culturais e fortalecendo os laços entre campo e cidade (Cuervo; Hamann; Pizzinato, 2019; Darolt; Rover, 2021a).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução, contextualizando o tema, a trajetória da autora, a problemática e os objetivos. O segundo discute o referencial teórico sobre agricultura familiar, canais de comercialização, consumo urbano e experiências de feiras agroecológicas. O terceiro descreve a metodologia utilizada. O quarto apresenta e discute os resultados obtidos, e o quinto reúne a conclusão, sintetizando as contribuições do estudo.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os impactos multidimensionais da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, em Fortaleza, na dinâmica produtiva de famílias agricultoras. Para alcançar esse propósito, busca-se: a) caracterizar o perfil socioeconômico dos feirantes; b) identificar os principais produtos comercializados; c) verificar a importância da feira na geração de renda e na autonomia produtiva; d) investigar as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização; e) compreender as percepções e sugestões dos feirantes para o fortalecimento da feira; f) analisar as percepções dos consumidores acerca da confiança na origem dos produtos e da importância da feira para a agricultura familiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar constitui um dos pilares centrais da produção de alimentos no Brasil, exercendo papel estratégico na dinamização das economias locais, na geração de emprego e renda e na valorização dos modos de vida rurais. Mais do que um setor produtivo, ela representa um modelo de organização social que articula dimensões econômicas, culturais e ambientais, promovendo a reprodução social das famílias e a sustentabilidade dos territórios rurais (Grisa; Schneider, 2015).

Nas últimas décadas, a agricultura familiar consolidou-se como categoria central nas discussões sobre desenvolvimento rural sustentável, sobretudo por expressar valores e práticas que se contrapõem à lógica concentradora do agronegócio e valorizam a diversidade produtiva, a autonomia e o equilíbrio entre produção e conservação ambiental (Ploeg, 2019; Wanderley, 2021).

Assim, este referencial teórico analisa a relevância da agricultura familiar e sua inserção em mercados locais e urbanos, com ênfase nas formas de comercialização direta e nas experiências de feiras agroecológicas. Para tanto, organiza-se em quatro eixos: a) definição e importância econômica e social da agricultura familiar; b) políticas públicas de apoio e fortalecimento do segmento; c) canais de comercialização e transformações no consumo urbano; e d) experiências e estudos de caso sobre feiras como espaços de sociabilidade, resistência e formação política.

2.1 Agricultura familiar no Brasil e políticas públicas de apoio

A agricultura familiar no Brasil é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, como a forma de organização produtiva conduzida por agricultores que utilizam predominantemente mão de obra do próprio núcleo familiar, possuindo limites de área e gestão vinculados à família (Brasil, 2006). No campo acadêmico, entretanto, o conceito extrapola esse enquadramento legal, enfatizando a centralidade da família na organização do trabalho, na transmissão do patrimônio material e simbólico e na formulação de estratégias de reprodução social da unidade produtiva (Schneider; Niederle, 2008; Grisa; Schneider, 2015).

Mais do que um arranjo econômico, a agricultura familiar expressa modos de vida que integram dimensões simbólicas, culturais e ambientais, manifestas nas práticas cotidianas, nos saberes tradicionais e na religiosidade presentes nas narrativas e experiências dos agricultores (Carneiro, 2017; Wanderley, 2021). Nesse sentido, a produção familiar rural deve

ser compreendida como parte de um sistema complexo de relações sociais, no qual a economia está intrinsecamente associada à cultura e à identidade local.

Do ponto de vista econômico e social, a agricultura familiar ocupa posição estratégica no abastecimento alimentar, na geração de trabalho e renda e na manutenção da vida no campo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são classificados como familiares, empregando aproximadamente 67% da força de trabalho do setor (IBGE, 2019). Além disso, esse segmento é responsável por parcela expressiva da produção de alimentos básicos e hortifrutícolas, como feijão, mandioca, leite e hortaliças, que compõem a base da dieta da população brasileira. Esses dados evidenciam o papel essencial da agricultura familiar na segurança alimentar, na soberania nutricional e no desenvolvimento territorial sustentável.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2021), o Brasil é reconhecido como um dos países com maior capacidade de articulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, destacando-se como referência internacional em programas de compras institucionais e de crédito subsidiado. Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tornaram-se modelos consolidados de inclusão produtiva e segurança alimentar, sendo amplamente adotados e adaptados por outros países da América Latina.

O reconhecimento da relevância desse segmento impulsionou a criação e o aprimoramento de políticas públicas específicas, entre as quais se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1995 e regulamentado pelo Decreto nº 1.946/1996 (Brasil, 1996). Considerado a principal política de crédito rural subsidiado voltada a agricultores familiares e comunidades tradicionais, o Pronaf adaptou linhas de custeio e investimento às realidades produtivas e territoriais das famílias rurais, promovendo maior autonomia econômica e capacidade de planejamento (Castro, 2021).

Outro instrumento fundamental é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2003, que facilita o acesso dos agricultores ao mercado institucional por meio de compras públicas com dispensa de licitação, garantindo o escoamento da produção, a geração de renda e o abastecimento de instituições socioassistenciais (Brasil, 2003).

De forma complementar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado pela Lei nº 11.947/2009, determina que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam aplicados na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, estimulando circuitos curtos de comercialização e promovendo hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes (Brasil, 2009; Silva *et al.*, 2021).

A agricultura familiar é um espaço onde se articulam políticas públicas, práticas culturais e estratégias produtivas, expressando-se como elemento estruturante da soberania e da segurança alimentar no Brasil. Sua importância ultrapassa a simples lógica econômica, pois conecta valores sociais, culturais e ambientais que garantem a reprodução da vida no campo e na cidade (Gazolla; Aquino, 2021, p. 430).

No contexto nordestino, programas como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e as ações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) reforçam a centralidade da agricultura familiar como eixo de combate à fome e de promoção da convivência com o semiárido (Malvezzi, 2007; Silva; Araújo, 2011).

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) constitui uma rede de organizações da sociedade civil que atua na construção de estratégias políticas, sociais e tecnológicas voltadas à convivência sustentável com o semiárido. Seus programas estruturantes, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), integram ações de acesso à água, fortalecimento produtivo e organização comunitária, articulando segurança hídrica, soberania alimentar e autonomia das famílias agricultoras. Assim, os programas de cisternas não são iniciativas isoladas, mas parte de uma proposta conceitual mais ampla de desenvolvimento territorial sustentável e de valorização da agricultura familiar no semiárido (ASA, 2015).

Essas experiências demonstram que o fortalecimento da agricultura familiar não se limita ao acesso ao crédito ou à inserção em mercados institucionais, mas depende também de políticas estruturantes voltadas ao acesso à água, à assistência técnica, à formação política e à valorização dos saberes tradicionais.

Dessa forma, a agricultura familiar se consolida como pilar do desenvolvimento rural sustentável, articulando dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, ao mesmo tempo em que se configura como um campo de disputas políticas e ideológicas. Tais disputas se manifestam nas divergências entre modelos de desenvolvimento rural, na defesa da soberania alimentar e na busca por mercados mais justos e solidários, capazes de reconhecer o protagonismo das famílias agricultoras e fortalecer a construção de territórios rurais sustentáveis (Carneiro, 2017).

Nesse sentido, em vez de adotar a noção de “nova ruralidade”, compreende-se a agricultura familiar contemporânea como expressão de territórios rurais multifuncionais, nos quais se articulam produção, cultura, identidade, comercialização e relações urbanas, reconhecendo sua permanência e ressignificação em novos contextos socioeconômicos (Schneider; Grisa, 2015).

Essas políticas e programas, somadas às ações extensionistas e à atuação direta junto às comunidades rurais, reforçam a importância da agricultura familiar como instrumento de transformação social e de promoção da autonomia dos agricultores. A extensão rural, nesse contexto, desempenha papel essencial na difusão de tecnologias sociais, na mediação entre políticas públicas e agricultores e no fortalecimento das práticas agroecológicas (Caporal; Costabeber, 2004a).

No estado do Ceará, a agricultura familiar tem papel decisivo no abastecimento de alimentos e na manutenção de práticas socioprodutivas sustentáveis. A presença de feiras agroecológicas, cooperativas e mercados institucionais revela a vitalidade desse segmento e sua capacidade de adaptação às dinâmicas urbanas, especialmente em Fortaleza, onde a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto se destaca como experiência emblemática de comercialização, sociabilidade e resistência política. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2022), a agricultura familiar responde por 39,6% do valor da produção agropecuária estadual e participa fortemente no abastecimento de alimentos no Ceará. Em âmbito metropolitano, estudos apontam que a agricultura familiar na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desempenha papel importante no fornecimento local de alimentos frescos (Gomes, 2024).

Com base nesse panorama, a próxima seção abordará os canais de comercialização da agricultura familiar e o papel das feiras agroecológicas no fortalecimento da economia solidária e da agricultura sustentável.

2.2 Canais de comercialização da agricultura familiar

A diversidade produtiva característica da agricultura familiar exige canais igualmente diversos de escoamento da produção, capazes de articular dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Tradicionalmente, esses canais se dividem entre os mercados diretos, como feiras livres e agroecológicas, e os mercados institucionais, viabilizados por políticas públicas que conectam agricultores familiares a consumidores organizacionais, a exemplo do PAA e do PNAE (Grisa; Schneider, 2015; Gazolla; Schneider, 2017; Gazolla; Aquino, 2021).

As feiras agroecológicas ocupam papel central nesse processo, funcionando não apenas como locais de comercialização, mas também como espaços de articulação política, cultural e social. Nesses ambientes, constroem-se vínculos de confiança entre produtores e consumidores, fortalece-se a identidade territorial e amplia-se a valorização dos produtos de

base familiar (Cunha; Sabourin, 2020; Darolt; Rover, 2021). Tais feiras, portanto, constituem arenas de trocas simbólicas e materiais, nas quais se expressam formas alternativas de economia orientadas por princípios de solidariedade, cooperação e sustentabilidade.

A feira é percebida pelos agricultores como espaço político fundamental para a promoção de suas pautas coletivas. Organizada de forma associativa, ela não apenas possibilita a comercialização, mas também socializa ganhos financeiros, fortalece a organização comunitária e articula campo e cidade em torno de valores de sustentabilidade e justiça social (Cunha; Sabourin, 2020, p. 114).

Historicamente, as feiras livres remontam ao período colonial, quando cumpriam papel essencial no abastecimento alimentar e na formação dos primeiros circuitos de trocas regionais. Com o passar do tempo, mantiveram-se como espaços de resistência cultural e econômica, responsáveis por preservar hábitos alimentares tradicionais, fortalecer a renda local e valorizar os produtos sazonais e regionais (Araújo; Ribeiro, 2018). Na contemporaneidade, essas feiras ganharam nova relevância por possibilitarem a venda direta, reduzirem a dependência de intermediários e estimularem o comércio justo e a organização comunitária, promovendo, assim, a consolidação da agroecologia como paradigma produtivo e ético (Fantini *et al.*, 2018; Darolt; Rover, 2021b).

A produção e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos representam uma inovação nos sistemas alimentares contemporâneos, ao oferecer alternativas sustentáveis de acesso a alimentos saudáveis. Embora agroecologia e agricultura orgânica compartilhem princípios ecológicos, distinguem-se pelos fundamentos políticos e pelas formas de inserção no mercado. Enquanto a agricultura orgânica tende a adaptar-se às lógicas de mercado, a agroecologia propõe uma transformação estrutural das relações de produção e consumo, baseando-se em práticas solidárias, autonomia produtiva e valorização do conhecimento local (Silva, 2015; Caporal; Costabeber, 2004b). Para autores vinculados à agroecologia, a expansão dos produtos orgânicos em grandes redes varejistas pode acarretar riscos de esvaziamento dos princípios originais de sustentabilidade e justiça social (Moro, 2011).

Além das feiras e dos mercados diretos, os chamados circuitos curtos de comercialização vêm ganhando destaque como estratégias de aproximação entre produtores e consumidores. Diversos autores mostram que os circuitos/cadeias curtas reconectam alimento, sociedade e território, fortalecendo a identificação do consumidor com quem produz e como produz (Gazolla; Schneider, 2017; Darolt; Rover, 2021). Mais do que o preço, o que está em jogo é a noção de preço justo, associada a valores éticos, ambientais e de reciprocidade (Darolt,

2013; Cunha; Sabourin, 2020). Essa lógica reforça a transparência e a confiança nas relações de troca, além de estimular a valorização de alimentos locais e sazonais, o que contribui para o fortalecimento da economia solidária e dos mercados sustentáveis (Darolt; Rover, 2021b).

No estado do Ceará, diversas experiências concretas ilustram a vitalidade desses circuitos curtos. A Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, realizada em Fortaleza, tornou-se referência estadual e nacional ao articular agricultores assentados, consumidores urbanos e movimentos sociais.

Além dessa experiência, destacam-se no Ceará outras iniciativas consolidadas, como a Feira Agroecológica do Benfica, a Feira da Agricultura Familiar do Parque Dom Aloísio Lorscheider e as Feiras da Reforma Agrária organizadas pelo MST em diferentes bairros de Fortaleza. No interior do estado, experiências como a Feira Agroecológica de Quixeramobim e a Feira da Agricultura Familiar de Crateús também se configuram como espaços relevantes de comercialização solidária e valorização da produção camponesa, ampliando os circuitos curtos de comercialização e a integração entre campo e cidade (SECULT, 2024; MST, 2023).

Mais do que um canal de venda, esse espaço materializa princípios de justiça social, solidariedade e sustentabilidade, promovendo alimentos livres de agrotóxicos e garantindo renda e autonomia aos produtores familiares (Oliveira, 2021; IPECE, 2022; Secult, 2025). Outro exemplo relevante é a Feira da Reforma Agrária, também organizada pelo Centro de Formação Frei Humberto, que durante a pandemia de COVID-19 adaptou-se ao modelo de cestas agroecológicas e garantiu a continuidade da comercialização, entregando toneladas de alimentos a preços acessíveis e reforçando o papel das feiras como instrumentos de soberania alimentar e resiliência comunitária (Ploeg, 2019; Soares, 2033; Santana, 2023).

Dessa forma, os canais de comercialização da agricultura familiar no Brasil, especialmente no Nordeste, não podem ser compreendidos apenas sob a ótica econômica. Eles envolvem dimensões políticas, culturais, ambientais e sociais, configurando-se como arenas de resistência, identidade e inovação social. A partir dessa perspectiva, a comercialização direta assume papel estratégico não apenas na geração de renda, mas também na construção de territórios sustentáveis, na valorização do trabalho familiar e no fortalecimento da economia solidária e da extensão rural (Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

2.3 Consumo de produtos da agricultura familiar em áreas urbanas

O consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar e de base agroecológica tem adquirido crescente relevância nos centros urbanos, impulsionado por

fatores como a busca por qualidade, saudabilidade, vínculo territorial e sustentabilidade. Esse movimento reflete transformações nos regimes agroalimentares, marcadas pela valorização de alimentos frescos, sem agrotóxicos e com origem transparente, bem como pela construção de relações de confiança entre consumidores e agricultores (Pistelli; Mascarenhas, 2011; Cuervo; Hamann; Pizzinato, 2019; Ibarra *et al.*, 2023; Marini *et al.*, 2024).

Mais do que uma escolha alimentar, o consumo de produtos agroecológicos transcende a dimensão nutricional, convertendo-se em ato político e cultural de resistência, que reafirma os vínculos entre campo e cidade e expressa valores éticos de solidariedade e reciprocidade. Como destacam Cuervo, Hamann e Pizzinato (2019, p. 88), “a opção por alimentos da agricultura familiar é, ao mesmo tempo, escolha de saúde, sustentabilidade e solidariedade”.

Pesquisas indicam que os consumidores que frequentam feiras agroecológicas não buscam apenas alimentos naturais, mas também relações de proximidade e confiança com os agricultores, valorizando a transparência e a origem dos produtos (Pistelli; Mascarenhas, 2011; Cuervo; Hamann; Pizzinato, 2019; Darolt; Rover, 2021a; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022). Essa interação fortalece laços sociais, promove a circulação de saberes tradicionais e amplia a consciência sobre o papel do consumo na transformação dos sistemas alimentares. No contexto urbano, tais práticas se associam a estilos de vida saudáveis e à valorização das economias locais (Rover; Darolt, 2021; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

Estudos recentes identificam o perfil predominante desses consumidores como composto por indivíduos com maior escolaridade, sensibilidade ambiental e engajamento político, que reconhecem a compra de produtos agroecológicos como prática de cidadania alimentar, alinhada aos princípios da soberania e segurança alimentar (Cuervo; Hamann; Pizzinato, 2019; Darolt; Rover, 2021a). Nessa perspectiva, o consumo urbano de alimentos da agricultura familiar configura-se como ato consciente, expresso em iniciativas de cestas agroecológicas, grupos de consumo responsável e feiras comunitárias, que redefinem as relações de produção, distribuição e consumo de alimentos (Pistelli; Mascarenhas, 2011; Secult, 2025).

Para além da dimensão econômica, esse consumo envolve aspectos culturais, políticos e educativos. Ao optar por alimentos provenientes da agricultura familiar, os consumidores participam de redes solidárias que favorecem o aprendizado mútuo, o apoio direto aos agricultores e o fortalecimento de práticas sustentáveis. Conforme Pistelli e Mascarenhas (2011), grupos de consumo consciente funcionam como espaços de troca de

experiências e de exercício da cidadania alimentar, estimulando novas formas de engajamento e corresponsabilidade social.

Apesar dos avanços observados, persistem desafios estruturais. Entre os mais recorrentes estão o desconhecimento dos custos reais de produção, o que dificulta a definição de preços justos, e as barreiras logísticas relacionadas ao transporte, armazenamento e perecibilidade dos produtos (Fonseca; Ribeiro; Oliveira, 2009; Cunha; Sabourin, 2020). Somase a esses fatores a concorrência com produtos convencionais, muitas vezes mais baratos devido à escala produtiva e ao uso intensivo de insumos químicos, o que impacta a competitividade da agricultura familiar e da produção agroecológica (Caporal; Costabeber, 2004b).

No Ceará, diversas iniciativas locais têm reforçado a relevância desse consumo consciente. A Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, em Fortaleza, consolidou-se como espaço de referência não apenas para a comercialização, mas também para a formação de consumidores críticos e engajados. Durante a pandemia de COVID-19, sua atuação foi ampliada por meio da venda on-line e da entrega de cestas agroecológicas, possibilitando o acesso de centenas de famílias urbanas a alimentos saudáveis a preços acessíveis (Santana, 2023). Mais recentemente, o Programa Ceará Sem Fome (2023) tem articulado a produção da agricultura familiar com unidades sociais de alimentação, fortalecendo o abastecimento de áreas urbanas vulneráveis e promovendo a integração entre políticas de segurança alimentar e extensão rural (IPECE, 2022; Ceará, 2025).

Em sociedades cada vez mais urbanizadas, os consumidores e os centros urbanos emergem como atores estratégicos na reconfiguração dos mercados agroalimentares, transformando o consumo em prática coletiva de inovação social e sustentabilidade (Darolt; Rover, 2021b). Nesse sentido, a alimentação se torna expressão de identidade, cidadania e pertencimento, refletindo novas relações éticas e solidárias com o território e com os sujeitos que produzem os alimentos.

Dessa forma, o consumo urbano de produtos da agricultura familiar deve ser compreendido como fenômeno multifacetado, que articula dimensões de saúde, cultura, sustentabilidade, economia solidária e cidadania. A análise desse processo, no contexto da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, permitirá compreender como os consumidores urbanos atribuem sentido à agroecologia e de que maneira tais interações geram impactos socioculturais, econômicos e ambientais, reforçando o papel da agricultura familiar como mediadora entre campo e cidade e consolidando a extensão rural como ferramenta de transformação social.

Compreendidas essas dimensões produtivas e de consumo que estruturam a agricultura familiar, a próxima seção apresenta as experiências de feiras agroecológicas no Nordeste, com destaque para o caso da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, em Fortaleza, enquanto espaço de articulação entre produtores, consumidores e políticas públicas voltadas à promoção da agroecologia e da economia solidária.

2.4 Experiências e estudos de caso sobre feiras agroecológicas e da agricultura familiar

As feiras agroecológicas e de agricultura familiar têm sido objeto de múltiplos estudos de caso no Brasil, que evidenciam sua relevância não apenas como canais de comercialização, mas também como espaços de resistência, articulação política e construção de práticas sociais inovadoras. A literatura especializada aponta que essas feiras cumprem funções multifacetadas: asseguram renda aos agricultores, promovem o acesso a alimentos saudáveis, fortalecem vínculos comunitários e contribuem para a formação de consumidores críticos e conscientes (Cunha; Sabourin, 2020; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

As feiras agroecológicas não podem ser vistas apenas como mercados de troca econômica. Elas configuram espaços de sociabilidade, de fortalecimento da identidade camponesa e de disputa simbólica contra a lógica dominante do agronegócio (Cunha; Sabourin, 2020). Esses espaços assumem, portanto, caráter político, educativo e transformador, expressando a resistência dos agricultores familiares e assentados frente à homogeneização imposta pelos sistemas agroindustriais (Caporal; Costabeber, 2004b; Carneiro, 2017).

No cenário nacional, experiências como a Feira Agroecológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife, e a Feira da Agricultura Familiar de Arapiraca são frequentemente citadas como exemplos de articulação entre universidades, movimentos sociais e agricultores familiares, gerando impactos significativos em políticas públicas locais e na valorização da agroecologia (Maluf; Zimmermann; Grisa, 2021; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022). Esses espaços se consolidam como instrumentos de educação alimentar, pesquisa-ação e visibilidade das práticas agrícolas sustentáveis, atraindo consumidores urbanos interessados na origem, na qualidade e no valor social dos alimentos.

No Nordeste brasileiro, as feiras agroecológicas se multiplicaram especialmente a partir da década de 2000, em sintonia com políticas públicas estruturantes como o PAA e o PNAE. Tais políticas ampliaram as possibilidades de comercialização, incentivaram o associativismo e o cooperativismo rural e estimularam o surgimento de novas redes locais de comercialização solidária (Dias *et al.*, 2020; Castro, 2021; Secult, 2025). Em muitos casos, as

feiras foram organizadas por redes de movimentos sociais, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a ASA e organizações vinculadas à agricultura camponesa, o que lhes confere um caráter político de resistência e de contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio (Gomes, 2018; Sabourin, 2020).

Especificamente no Ceará, destacam-se experiências consolidadas que integram produção, formação política e segurança alimentar, com ênfase na Feira da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza. Esse espaço tornou-se um dos principais pontos de comercialização da produção agroecológica oriunda de assentamentos rurais e comunidades da reforma agrária, articulando dimensões econômicas, sociais e formativas. Durante a pandemia de COVID-19, a feira inovou ao adotar estratégias híbridas de comercialização, incluindo a venda de cestas agroecológicas com entregas urbanas, o que ampliou o alcance e fortaleceu o vínculo com consumidores da capital (Soares, 2022). Além disso, iniciativas recentes, como o Programa Ceará Sem Fome, passaram a integrar a produção da agricultura familiar com equipamentos públicos de alimentação, potencializando os efeitos das feiras sobre a segurança alimentar urbana e a redução das desigualdades sociais (IPECE, 2022; Ceará, 2025).

Outro estudo relevante é o de Darolt e Rover (2021b), que analisam mercados de proximidade em diferentes regiões do Brasil e concluem que eles se configuram como importantes instrumentos de inovação social. Esses mercados promovem relações menos assimétricas entre produtores e consumidores, fortalecem a autonomia dos agricultores e consolidam redes territoriais de confiança, evidenciando a capacidade transformadora das feiras agroecológicas no âmbito da economia solidária e da cidadania alimentar.

Os mercados agroecológicos não apenas conectam agricultores e consumidores, mas criam espaços de troca de saberes e práticas que reconfiguram os territórios rurais e urbanos. Mais do que transações econômicas, tratam-se de processos sociais, políticos e culturais (Darolt; Rover, 2021a, p. 29).

De modo mais amplo, experiências desenvolvidas em capitais como Belo Horizonte e Curitiba demonstram que, quando articuladas com políticas públicas municipais de segurança alimentar e abastecimento, as feiras agroecológicas podem alcançar escala e institucionalidade, tornando-se referências em alimentação saudável e acessível (Maluf; Zimmermann; Jomalini, 2021; Zimmermann, 2024). Nessas cidades, o poder público atua em parceria com universidades e organizações da sociedade civil, transformando as feiras em instrumentos permanentes de política urbana e inclusão social (Curitiba, 2021; 2025; Gontijo, 2025).

Diante desse panorama, os estudos de caso reforçam que as feiras agroecológicas, além de garantirem sustentabilidade econômica para os agricultores familiares, cumprem papel essencial de mediação entre produção e consumo urbano, com implicações diretas sobre políticas públicas, saúde coletiva, educação alimentar e fortalecimento da cidadania. Esses espaços se configuram como territórios pedagógicos e políticos, onde a extensão rural, a agroecologia e a economia solidária convergem na construção de modelos alternativos de desenvolvimento (Caporal; Costabeber, 2004a; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

O estudo da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto insere-se nessa tradição analítica e empírica, contribuindo para o debate nacional e internacional sobre agricultura familiar e mercados de proximidade. Ao examinar sua trajetória, suas dinâmicas de organização e os sentidos atribuídos por feirantes e consumidores, esta pesquisa busca compreender como as feiras se consolidam como instrumentos de resistência e de inovação social, reafirmando o papel da agricultura familiar na transformação dos territórios rurais e urbanos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo e delineamento da pesquisa

A coleta de dados ocorreu durante a edição da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto realizada em setembro de 2025, na cidade de Fortaleza (CE), ocasião em que foram conduzidas as entrevistas com os participantes da pesquisa.

Trata-se de um estudo de natureza mista, com predominância qualitativa, caráter descritivo e exploratório, que utiliza recursos de estatística descritiva para a organização e interpretação dos dados quantitativos coletados. A abordagem qualitativa busca compreender significados, práticas e contextos atribuídos pelos participantes ao fenômeno estudado, priorizando a interpretação das experiências vividas (Minayo, 2012; Creswell, 2014). O caráter descritivo permite caracterizar e interpretar dimensões empíricas da realidade, sem pretensão de generalização, mas com ênfase na compreensão contextualizada dos fenômenos sociais (Gil, 2008).

Adotou-se o estudo de caso como estratégia metodológica (Yin, 2015), por ser adequado à investigação em profundidade de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas.

O caso selecionado foi a Feira Agroecológica do Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza, escolhida por sua relevância na articulação entre agricultura familiar, economia solidária e movimentos sociais urbanos. O evento cumpre um papel formativo e extensionista, ao integrar agricultores familiares, consumidores, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, consolidando-se como espaço de experimentação social, prática agroecológica e fortalecimento da cidadania alimentar (Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022; Secult, 2025).

Além disso, a feira possui trajetória contínua desde sua criação em 2016, articulada ao Centro de Formação Frei Humberto e a movimentos sociais do campo. Ao longo dos anos, consolidou-se não apenas como espaço de comercialização, mas também como território de formação política, debates sobre reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar e economia solidária, dimensões que fundamentam sua relevância enquanto objeto deste estudo.

3.2 Campo empírico e participantes

O estudo foi realizado na Feira Cultural da Reforma Agrária, localizada no Centro de Formação Frei Humberto, em Fortaleza (CE).

Os participantes da pesquisa foram feirantes que comercializam produtos agroalimentares e artesanais oriundos da agricultura familiar, incluindo alimentos in natura, processados e derivados, como doces, bebidas, panificados e itens artesanais de base rural.

Foram excluídos apenas os expositores de produtos industrializados ou não vinculados à agricultura familiar, como roupas, calçados e cosméticos convencionais, a fim de manter a coerência com o objeto do estudo.

Considerando o número reduzido de bancas na edição observada, adotou-se abordagem censitária, incluindo todos os feirantes elegíveis ($n = 8$). Em estudos de caso com populações pequenas e acessíveis, a opção pelo censo dos sujeitos pertinentes é metodologicamente adequada e recomendada na literatura de métodos sociais (Gil, 2008; Yin, 2015).

Essa escolha alinha-se à abordagem qualitativa, que privilegia a profundidade analítica e a interpretação contextualizada dos dados, buscando compreender as dinâmicas sociais, econômicas e organizativas da feira como espaço de comercialização, cooperação e resistência (Bardin, 2011).

Durante o trabalho de campo também foram observados desafios produtivos relatados pelos feirantes, especialmente relacionados à disponibilidade de matéria-prima, sazonalidade da produção, perdas por perecibilidade e limitações de infraestrutura para armazenamento e transporte, aspectos posteriormente incorporados à análise dos resultados.

3.3 Instrumento e procedimentos de coleta de dados

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado, elaborado com base nos objetivos da pesquisa e organizado em cinco blocos temáticos: a) perfil socioeconômico e produtivo dos feirantes; b) produtos e estratégias de comercialização; c) dificuldades e apoios recebidos; d) percepções mensuradas por escala tipo Likert (1 a 5) quanto a preço, perdas, transporte, infraestrutura, autonomia frente a atravessadores e apoio institucional (Likert, 1932); e e) questão aberta sobre sugestões e melhorias para o fortalecimento da feira.

O instrumento foi elaborado de modo a garantir clareza, objetividade e adequação à linguagem dos participantes, considerando o contexto sociocultural dos feirantes. O questionário final encontra-se disponível no Apêndice A.

A coleta de dados ocorreu presencialmente, durante a edição da Feira Cultural da Reforma Agrária realizada em setembro de 2025, após convite e aceite dos participantes.

Não houve submissão do estudo a Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que a investigação se caracteriza como estudo de caso descritivo sem identificação nominal dos participantes e com uso exclusivo de dados agregados. Dessa forma, optou-se por assegurar verbalmente o consentimento dos participantes e o anonimato das informações coletadas.

A abordagem presencial também possibilitou observar a dinâmica da feira e registrar aspectos contextuais relevantes para a análise qualitativa dos resultados. As imagens registradas durante o trabalho de campo encontram-se apresentadas no Apêndice B.

3.4 Análise dos dados

As questões fechadas foram organizadas em tabelas de frequência e percentuais, e as escalas tipo Likert foram sintetizadas por medidas descritivas (média e mediana), conforme recomendações para análises descritivas em pesquisas sociais aplicadas (Gil, 2008; Hair *et al.*, 2009).

As respostas abertas foram examinadas por meio da análise de conteúdo temática, em três etapas sucessivas, pré-análise, codificação e categorização, conforme proposto por Bardin (2011). Essa técnica permitiu identificar significados recorrentes atribuídos pelos feirantes às suas experiências, articulando as categorias emergentes ao referencial teórico apresentado no capítulo 3.

A integração entre dados qualitativos e quantitativos caracteriza o estudo como de abordagem mista com predominância qualitativa, permitindo interpretação contextualizada dos resultados empíricos e análise crítica à luz da literatura sobre agricultura familiar, comercialização e agroecologia (Creswell, 2014).

3.5 Limitações do estudo

A principal limitação do estudo refere-se ao tamanho reduzido da população acessível e à periodicidade mensal da feira, fatores que restringiram o número de observações possíveis. No entanto, essas condições não invalidam o estudo, uma vez que o objetivo é analítico-descritivo e centrado em um estudo de caso aprofundado (Yin, 2015).

Apesar dessas restrições, o estudo oferece contribuições relevantes para a compreensão das práticas de comercialização da agricultura familiar em contextos urbanos,

fornecendo subsídios para ações de extensão rural, formulação de políticas públicas e futuras investigações sobre feiras agroecológicas e economia solidária (Sabourin; Samper; Sotomayor, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção foram organizados com base nas categorias de análise definidas na metodologia, integrando dados quantitativos e qualitativos obtidos junto aos feirantes (n = 8) da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, em Fortaleza. Essa feira configura-se como um espaço emblemático de comercialização solidária, articulação sociopolítica e educação alimentar, representando uma das experiências mais expressivas de integração entre o campo e a cidade no contexto cearense.

A discussão a seguir busca interpretar os resultados à luz da literatura contemporânea sobre agricultura familiar, agroecologia e políticas públicas de desenvolvimento rural, considerando que a comercialização direta constitui não apenas um mecanismo econômico, mas também uma prática social e política (Cunha; Sabourin, 2020; Gazolla; Aquino, 2021). Assim, os resultados são analisados em cinco dimensões principais: perfil socioeconômico e territorial, diversidade produtiva, estratégias de comercialização, desafios estruturais e percepções sobre o consumo urbano agroecológico.

4.1 Perfil socioeconômico e territorial dos feirantes

O perfil dos feirantes entrevistados na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto reflete a diversidade social, geracional e produtiva da agricultura familiar cearense, marcada pela coexistência de diferentes origens territoriais e estratégias de inserção nos mercados urbanos. Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se predominância de participantes entre 36 e 45 anos (37,5%), seguidos por jovens de até 25 anos (25%), evidenciando a presença tanto de agricultores experientes quanto de novos empreendedores rurais.

Tabela 1 – Distribuição da faixa etária dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto

Faixa etária	n	%
Até 25 anos	2	25,0
26 a 35 anos	1	12,5
36 a 45 anos	3	37,5
46 a 55 anos	1	12,5
Acima de 55 anos	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Embora a presença juvenil seja significativa, os dados mostram que os jovens ainda representam parcela minoritária do conjunto dos feirantes, o que confirma que o êxodo rural da juventude permanece como tendência estrutural no campo brasileiro. Autores como Castro (2016) e Wanderley (2021) apontam que a saída dos jovens do meio rural decorre, sobretudo, da baixa renda agrícola, da escassez de políticas públicas contínuas e da busca por oportunidades educacionais e laborais nas cidades. Nesse sentido, a participação de 25% de jovens na feira, embora reduzida em termos absolutos, revela uma expressividade relevante diante do cenário nacional de esvaziamento geracional do campo, indicando que a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto atua como espaço concreto de atração, permanência e ressignificação das trajetórias juvenis na agricultura familiar.

Esse dado reforça a tendência nacional de rejuvenescimento parcial da agricultura familiar, apontada por Schneider e Grisa (2015) e atualizada por Wanderley (2021), que identificam a incorporação de jovens agricultores em atividades de transformação e comercialização direta como estratégia de sucessão e inovação rural. Essa composição etária diversa, que combina agricultores experientes e jovens em processo de sucessão, expressa também o que Gazolla e Aquino (2021) denominam “nova ruralidade”, isto é, a presença de sujeitos multifuncionais que articulam trabalho agrícola, associativismo e engajamento político.

Ao dialogar com a literatura sobre êxodo rural juvenil, observa-se que a realidade encontrada nesta pesquisa não nega essa tendência estrutural, mas apresenta um contraponto local: a feira surge como espaço onde parte da juventude encontra sentido econômico, político e identitário para permanecer vinculada à produção agrícola, sobretudo por meio do beneficiamento de produtos, da venda direta e da inserção em redes solidárias de comercialização.

A origem dos participantes reforça a amplitude territorial e a vocação integradora da feira, que reúne feirantes de Russas (25%), Fortaleza (25%), Quixeramobim (12,5%), Ocara (12,5%), Amontada (12,5%) e Maranguape (12,5%), conforme apresentado na Tabela 2.

Essa dispersão geográfica evidencia o papel da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto como ponto de confluência regional da agricultura familiar, funcionando como elo entre territórios produtores e espaços urbanos consumidores. Segundo Verano e Medina (2019), a integração de produtores de diferentes municípios amplia as redes de circulação de alimentos e fortalece os circuitos curtos de comercialização, promovendo identidade territorial compartilhada e reconhecimento político dos agricultores.

Tabela 2 – Distribuição dos municípios de origem dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto

Município	n	%
Russas	2	25,0
Fortaleza	2	25,0
Quixeramobim	1	12,5
Ocara	1	12,5
Amontada	1	12,5
Maranguape	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Além disso, essa articulação intermunicipal revela a relevância da feira como instrumento de territorialização das políticas públicas e de promoção das práticas de convivência com o semiárido, em consonância com o conceito de “território vivo” proposto por Sabourin (2020), segundo o qual as feiras constituem espaços de sociabilidade, resistência e valorização da diversidade local frente à homogeneização dos mercados agroalimentares.

No que se refere ao tempo de participação, 37,5% dos feirantes estão na feira há até um ano, 37,5% entre dois e cinco anos e 25% entre seis e dez anos, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Tempo de participação na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto

Tempo de participação	n	%
Até 1 ano	3	37,5
2 a 5 anos	3	37,5
6 a 10 anos	2	25,0
Total	8	100

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A presença expressiva de feirantes com até cinco anos de participação, em comparação ao número menor de participantes com maior tempo de permanência, sugere que, embora a feira apresente capacidade de renovação, ainda existem desafios relacionados à permanência contínua dos agricultores. Durante as entrevistas, alguns feirantes relataram que colegas deixaram de participar em edições anteriores devido a dificuldades de transporte, baixa rentabilidade e limitações de tempo para conciliar produção e deslocamento até Fortaleza. Esses elementos indicam que a renovação é positiva, mas a permanência prolongada depende de melhores condições estruturais e econômicas da feira.

A coexistência entre feirantes recém-chegados e antigos evidencia a capacidade de renovação e continuidade da feira, reforçando seu papel formativo. Como destaca Trindade *et*

al. (2023), os espaços de comercialização solidária funcionam como ambientes de aprendizagem e troca de saberes agroecológicos, permitindo que novos agricultores se apropriem das experiências acumuladas por participantes mais antigos.

Além disso, a interação direta com os consumidores foi apontada pelos feirantes como fator motivador para permanecer na feira, pois gera reconhecimento social, confiança na origem dos produtos e valorização simbólica do trabalho agrícola, fortalecendo vínculos entre campo e cidade.

No aspecto econômico, a feira contribui de forma modesta, mas constante, para a renda familiar dos participantes, sendo considerada baixa por 50% dos feirantes, média por 37,5% e alta por 12,5%, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Percepção sobre contribuição da feira na renda familiar

Contribuição da feira na renda	n	%
Baixa	4	50,0
Média	3	37,5
Alta	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O fato de apenas um feirante considerar a renda alta reforça a hipótese de que a baixa rentabilidade pode contribuir para a desistência de participantes ao longo do tempo, especialmente diante dos custos de transporte, hospedagem e aquisição de insumos. Esse resultado dialoga com a literatura que aponta a insuficiência da renda agrícola como um dos principais fatores do êxodo rural e da instabilidade na participação em mercados solidários (Castro, 2016; Sabourin, 2020).

Embora a feira represente até 25% da renda familiar para todos os entrevistados, sua importância transcende a dimensão financeira: ela consolida-se como espaço de pertencimento social, reconhecimento simbólico e fortalecimento da autonomia produtiva. Segundo Miranda, Wegner e Dias (2024), as feiras agroecológicas não se restringem à transação econômica, mas constituem arenas de afirmação cultural e política, nas quais o agricultor reafirma sua identidade e reivindica seu papel social.

No que se refere ao perfil social dos participantes, observou-se predominância feminina na gestão das bancas e no atendimento ao público, embora esse dado não tenha sido quantificado no questionário. A presença marcante das mulheres na comercialização confirma a tendência apontada por Siliprandi (2015) e Paulilo (2016), segundo as quais as mulheres assumem papel central na organização produtiva e comercial da agricultura familiar,

frequentemente liderando grupos familiares e coletivos comunitários. A ausência de quantificação deste dado constitui uma limitação do estudo, mas a observação de campo permitiu reconhecer esse protagonismo como elemento estruturante da dinâmica da feira.

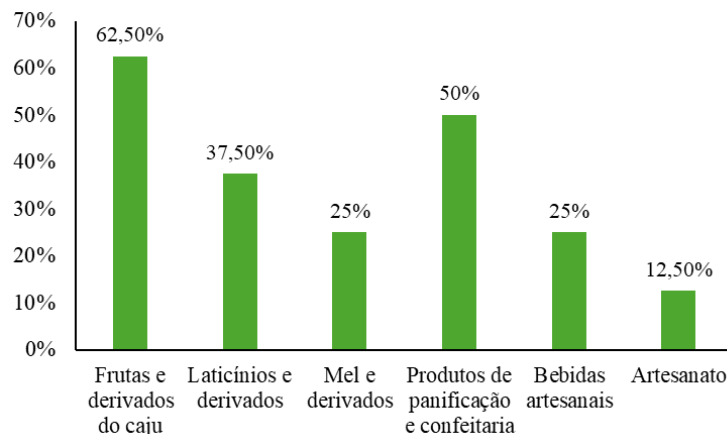
Também se observou que a maioria dos feirantes possui origem em assentamentos rurais ou comunidades organizadas em associações e movimentos sociais, aspecto que reforça o caráter coletivo, político e solidário da experiência, embora o nível de escolaridade não tenha sido formalmente mensurado nesta pesquisa.

De modo geral, os resultados revelam que o perfil socioeconômico e territorial dos feirantes reafirma a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto como muito mais do que um espaço de comércio: trata-se de um território de resistência, aprendizagem e pertencimento, onde se entrelaçam gerações, experiências e identidades do campo cearense.

4.2 Diversidade produtiva e valorização dos alimentos da agricultura familiar

A diversidade produtiva observada na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto constitui uma expressão da multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar, a capacidade de combinar produção, transformação e outros ofícios para sustentar a reprodução social do grupo (Schneider, 2003; Camargo, 2012). Os dados da pesquisa (n = 8) mostram que os principais produtos ofertados são frutas e derivados do caju (62,5%), seguidos por produtos de panificação e confeitaria (50%), laticínios (37,5%), mel e derivados (25%), bebidas artesanais (25%) e artesanato (12,5%), conforme o Figura 1.

Figura 1 – Principais produtos comercializados pelos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto (n = 8)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A variedade de produtos revela a amplitude e a complexidade da base produtiva da agricultura familiar, que alia saberes tradicionais, uso sustentável dos recursos locais e inovação no processamento artesanal, agregando valor e ampliando as possibilidades de permanência das famílias no campo (Vasconcelos *et al.*, 2013; Grisa; Schneider, 2015; Schaeffer, 2023). Essa pluralidade produtiva reflete também a autonomia e a adaptabilidade dos agricultores, que ajustam a oferta de acordo com as condições climáticas e as demandas do mercado urbano, aspecto que Gazolla e Aquino (2021) denominam “agricultura familiar resiliente”.

Entre os produtos citados, os derivados do caju – doces, sucos, licores e cajuína – ocupam posição de destaque, tanto pela identidade regional quanto pela viabilidade de armazenamento e transporte. O uso integral do fruto, conforme relatado pelos feirantes, demonstra racionalidade ecológica e valorização dos recursos locais, práticas fortemente associadas à agroecologia. Como destacam Ploeg (2020) e Schneider e Niederle (2008), a diversificação e o aproveitamento integral da produção constituem estratégias essenciais de sustentabilidade econômica e ambiental para os pequenos produtores.

Durante as entrevistas, observou-se que parte dos feirantes passou a investir gradualmente no beneficiamento e no processamento dos alimentos ao longo de sua participação na feira, substituindo a venda exclusiva de produtos in natura pela oferta de doces, geleias, compotas, polpas, panificados e bebidas artesanais. Essa evolução produtiva foi relatada como estratégia de redução das perdas por perecibilidade, aumento do valor agregado e ampliação das possibilidades de renda. Assim, o processamento dos produtos emerge como resposta prática aos desafios logísticos e climáticos do semiárido, além de representar avanço na autonomia produtiva das famílias agricultoras.

Esse movimento de transformação do produto in natura em alimentos processados revela não apenas inovação econômica, mas também fortalecimento dos princípios agroecológicos, ao priorizar o aproveitamento integral da matéria-prima, a redução de desperdícios e o uso de receitas tradicionais transmitidas entre gerações.

Outro aspecto relevante diz respeito à origem da produção: 37,5% dos feirantes afirmaram produzir exclusivamente com mão de obra familiar, enquanto 62,5% complementam a oferta com produtos de outros agricultores. Longe de indicar perda de autenticidade, essa prática expressa a lógica solidária e cooperativa da agricultura familiar, conforme discutem Cunha e Sabourin (2020) e Darolt e Rover (2021), ao analisarem as feiras como redes de sociabilidade e intercooperação.

Durante as entrevistas, um dos feirantes destacou que sua presença na feira ocorre por meio de um sistema de revezamento entre produtores de um mesmo movimento social, o

que reforça a natureza colaborativa e inclusiva da experiência. De acordo com Grisa e Schneider (2015), tais práticas fortalecem a dimensão política e coletiva da produção, substituindo a lógica competitiva dos mercados convencionais por princípios de reciprocidade e solidariedade.

A fim de ilustrar a diversidade produtiva e o beneficiamento artesanal dos alimentos comercializados, a Figura 2 apresenta diferentes produtos expostos na feira e em espaços de produção vinculados aos assentamentos fornecedores.

Figura 2 – Produtos comercializados na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto



Fonte: Acevo da autora (2025).

Além da comercialização, a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto cumpre também função formativa, articulando produção, beneficiamento e processos educativos em agroecologia junto às famílias assentadas. As oficinas de formação em processamento de alimentos e organização coletiva fortalecem a autonomia produtiva e a qualificação técnica dos agricultores, contribuindo para a agregação de valor e para a sustentabilidade das atividades.

A Figura 3 ilustra um momento de oficina realizada em assentamento fornecedor da feira, evidenciando a integração entre formação, produção e comercialização solidária.

Figura 3 – Oficina de formação em beneficiamento de alimentos em assentamento vinculado à Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto



Fonte: Acervo PET Agrárias – Conexão de Saberes / Residência Agrária UFC (2024).

4.3 Estratégias de comercialização e autonomia frente ao mercado convencional

A análise das estratégias de comercialização adotadas pelos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto evidencia a consolidação de circuitos curtos de comercialização, baseados na venda direta ao consumidor, na construção de relações de confiança e na valorização simbólica do produto local. Essa dinâmica está associada ao que Darolt e Rover (2021a) denominam mercados éticos e redes de proximidade, caracterizados por transações justas, vínculos interpessoais e compartilhamento de valores culturais e ambientais.

Conforme os dados obtidos (n = 8), a venda direta é a principal forma de comercialização utilizada pelos participantes, permitindo que os feirantes estabeleçam contato direto com os consumidores e negociem preços sem intermediários. Essa prática, além de garantir melhor remuneração e autonomia econômica, reforça a dimensão educativa e política

da feira, configurando-a como espaço de diálogo entre o campo e a cidade (Gazolla; Aquino, 2021; Cunha; Sabourin, 2020).

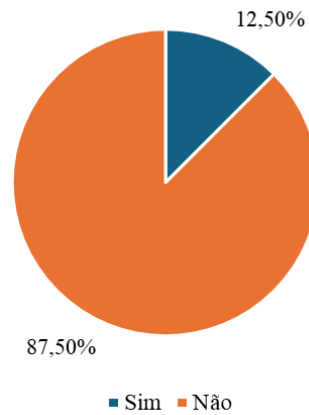
A aplicação da escala de percepção de 1 a 5 (em que 1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 a “concordo totalmente”) permitiu compreender a autopercepção dos feirantes quanto às condições de comercialização. Os resultados indicam que 75% dos entrevistados concordam totalmente que a feira aumenta sua autonomia frente aos atravessadores. Esse achado reforça o papel da feira como instrumento de empoderamento social e econômico, ao permitir que os agricultores controlem o preço, o destino e o sentido social de sua produção. Para Ploeg (2020), essa autonomia é central à soberania camponesa, pois rompe com a dependência das cadeias agroindustriais e cria alternativas locais de subsistência e renda.

Entretanto, a percepção de autonomia não elimina totalmente as dificuldades enfrentadas por parte dos agricultores na formação de preços e no acesso a mercados complementares. Quando questionados sobre a afirmação “tenho dificuldade em formar preços justos para meus produtos”, 37,5% dos feirantes marcaram “1 – discordo totalmente”, indicando insegurança e domínio no processo de precificação; 25% permaneceram neutros e 12,5% concordaram totalmente, o que demonstra que ainda existe uma parcela que enfrenta limitações nesse aspecto. Esses resultados sugerem que, embora a maioria dos feirantes demonstre autonomia na gestão comercial, persistem fragilidades pontuais, conforme discutido por Gazolla e Schneider (2017), ao observarem que a ausência de capacitação em comercialização e gestão pode restringir a autonomia dos pequenos produtores, mesmo em mercados solidários.

Ao relacionar esse resultado com os dados apresentados no item 5.1, observa-se que a baixa contribuição da feira para a renda familiar pode limitar a permanência contínua dos feirantes, mesmo diante do reconhecimento da autonomia conquistada. Assim, autonomia comercial e sustentabilidade econômica aparecem como dimensões complementares: a feira fortalece a autogestão e a identidade produtiva, mas ainda enfrenta desafios para garantir retorno financeiro suficiente à manutenção prolongada dos agricultores no espaço de comercialização.

Outro ponto sensível refere-se ao acesso a políticas públicas de fomento. Apenas 12,5% dos entrevistados afirmaram participar de programas de incentivo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto 87,5% declararam não participar de nenhuma política ativa de comercialização institucional, conforme o Figura 4.

Figura 4 – Participação dos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto em programas governamentais de incentivo (PAA e PNAE) (n = 8)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A baixa adesão a esses programas demonstra a fragilidade das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo no contexto pós-pandemia, em que muitos programas sofreram redução de recursos e descontinuidade (Siliprandi, 2017; Sabourin, 2020). Essa lacuna institucional compromete a estabilidade da renda dos feirantes e restringe sua capacidade de planejamento produtivo, reforçando a importância das feiras como espaços autônomos e autogestionados de comercialização.

A escala de percepção sobre apoio institucional confirma esse cenário: nenhum dos feirantes marcou o nível 5 (“concordo totalmente”) ao serem questionados se “recebem apoio suficiente de associações, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou crédito rural”, e 50% discordaram totalmente. Esses resultados evidenciam a desconexão entre as demandas reais da agricultura familiar e a execução das políticas públicas, o que, conforme Aquino e Gazolla (2021), revela a necessidade de maior articulação entre Estado, movimentos sociais e instituições de ATER.

Apesar dessas limitações, os feirantes demonstram resiliência e capacidade organizativa, expressas nas respostas à questão aberta “Que mudança simples ajudaria a aumentar suas vendas na feira?”. As sugestões mais recorrentes foram ampliar a divulgação da feira, aumentar a frequência das edições e melhorar a infraestrutura e o transporte. Tais proposições revelam o caráter participativo e propositivo dos agricultores, que identificam suas próprias demandas e constroem soluções viáveis. Essa postura expressa o que Carvalho e Darolt (2022) denominam cidadania produtiva, em que o agricultor deixa de ser visto como beneficiário passivo e passa a atuar como sujeito ativo das transformações sociais no meio rural.

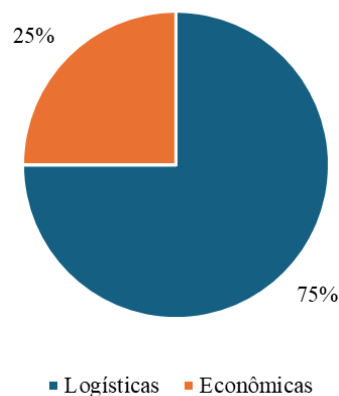
De forma geral, as estratégias de comercialização observadas na Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto ultrapassam a dimensão mercantil e se inserem no campo político e cultural da agricultura familiar, reafirmando o papel da feira como espaço de autonomia, solidariedade e resistência frente ao modelo agroindustrial hegemônico.

4.4 Desafios e limitações estruturais na consolidação da feira

Apesar de sua relevância socioeconômica e simbólica, a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto enfrenta entraves estruturais que comprometem sua continuidade e expansão. Os principais desafios mencionados pelos feirantes estão relacionados à logística de transporte, perecibilidade dos produtos, carência de infraestrutura adequada e instabilidade no apoio institucional.

De acordo com os dados do questionário, 75% dos feirantes apontaram o transporte como principal dificuldade, enquanto 25% mencionaram problemas econômicos ligados à precificação e ao escoamento dos produtos, conforme o Figura 5.

Figura 5 – Principais dificuldades enfrentadas pelos feirantes da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto (n = 8)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As dificuldades logísticas são particularmente críticas para os agricultores oriundos de municípios mais distantes, como Amontada e Quixeramobim, que dependem de apoios pontuais de prefeituras ou de veículos cedidos por associações. Um dos entrevistados relatou que a prefeitura local fornece transporte coletivo em algumas edições, mas de forma irregular, o que gera insegurança e descontinuidade na participação.

Essa instabilidade no transporte dialoga diretamente com os dados apresentados no item 5.1, onde parte dos feirantes relatou que colegas deixaram de participar da feira em razão das dificuldades de deslocamento e dos custos envolvidos. Assim, os desafios logísticos aparecem como fator concreto que interfere tanto na permanência dos agricultores quanto na regularidade da oferta de produtos.

Essa instabilidade reflete a ausência de políticas públicas permanentes voltadas à comercialização direta, situação observada por Sabourin (2020) ao discutir a precarização das ações de ATER e a desarticulação das redes de apoio à agricultura familiar nos últimos anos.

O problema da perecibilidade dos alimentos também apareceu com destaque na escala de percepção: 62,5% dos feirantes afirmaram ter dificuldades significativas para evitar perdas, sobretudo no caso de frutas e derivados sensíveis ao calor e ao transporte. Essa limitação impacta diretamente a rentabilidade e a motivação dos agricultores, exigindo soluções coletivas como instalação de pontos de refrigeração, sombreamento adequado e otimização da periodicidade da feira, medidas apontadas por Trindade *et al.* (2023) como fundamentais para a viabilidade das feiras agroecológicas.

Esse dado se relaciona com o movimento descrito no item 5.2, no qual parte dos feirantes passou a investir no beneficiamento e processamento dos produtos como estratégia de reduzir perdas por perecibilidade. Assim, o processamento artesanal surge não apenas como inovação produtiva, mas como resposta concreta aos desafios estruturais da feira.

Outro aspecto relevante é a baixa frequência da feira, realizada apenas uma vez por mês, o que reduz seu impacto econômico e social. Como observam Miranda, Wegner e Dias (2024), a periodicidade limitada enfraquece o vínculo entre consumidores e produtores, dificultando a fidelização dos clientes e comprometendo a sustentabilidade do evento no médio prazo. Nesse contexto, a ampliação da regularidade e a diversificação das estratégias de divulgação poderiam aumentar a visibilidade da feira e atrair novos públicos urbanos.

Além dos desafios logísticos e estruturais, as limitações no acesso ao crédito rural e à assistência técnica figuram entre os principais entraves ao fortalecimento das práticas agroecológicas e de gestão. Segundo Gazolla e Aquino (2021), a falta de políticas de crédito acessíveis e contínuas cria dependência de intermediários e reduz a margem de negociação dos agricultores familiares, o que se manifesta, neste estudo, nas dificuldades relatadas em relação à precificação e à escala de produção.

Esses elementos reforçam que a baixa rentabilidade observada no item 5.1 não decorre apenas da dinâmica interna da feira, mas também de condicionantes externos, como

transporte, infraestrutura e ausência de políticas públicas contínuas de apoio à comercialização da agricultura familiar.

Apesar dessas dificuldades, os resultados revelam um potencial consistente de consolidação da feira como espaço permanente de economia solidária e agroecologia urbana, desde que haja integração efetiva entre poder público, movimentos sociais e instituições de extensão rural. Como defendem Cunha e Sabourin (2020), a sustentabilidade das feiras depende menos do volume de recursos e mais da constância das políticas, da gestão compartilhada e do reconhecimento dos feirantes como sujeitos de direito.

Nesse sentido, o fortalecimento da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto requer continuidade institucional, investimento em infraestrutura e, sobretudo, o reconhecimento político da agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural e urbano sustentável.

4.5 Sugestões, percepções e perspectivas sobre o consumo urbano agroecológico

As percepções dos feirantes e consumidores sobre a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto reforçam seu papel não apenas como canal de comercialização, mas também como espaço de construção de vínculos sociais e práticas de cidadania alimentar. A feira emerge como território simbólico e pedagógico, onde se negociam não apenas produtos, mas também significados sobre saúde, sustentabilidade, solidariedade e identidade camponesa.

Quando questionados sobre mudanças simples que poderiam aumentar as vendas, os feirantes destacaram ampliação da divulgação, maior frequência das edições, melhoria da infraestrutura física e garantia de transporte regular. Também foram mencionadas ações de comunicação comunitária e fortalecimento de parcerias institucionais que tornem a feira mais visível no espaço urbano.

Essas sugestões dialogam diretamente com os desafios estruturais apresentados no item 5.4, demonstrando que os próprios feirantes reconhecem os fatores que limitam a permanência dos agricultores e o alcance da feira junto ao público consumidor.

Essas observações evidenciam consciência crítica e protagonismo dos agricultores na busca de soluções coletivas, reafirmando a ideia de Carvalho e Darolt (2022) de que os feirantes atuam como agentes transformadores, e não apenas como beneficiários de políticas públicas.

Além das percepções dos produtores, a pesquisa incluiu a opinião de quatro consumidores frequentes (n = 4) da Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto, com o intuito de compreender o ponto de vista da demanda urbana sobre a agricultura familiar. Aplicou-se uma escala de percepção de 1 a 5, em que 1 correspondia a “discordo totalmente” e 5 a “concordo totalmente”.

Os resultados foram unânimes: 100% dos consumidores marcaram o nível 5 para as afirmações “confio plenamente na origem dos produtos”, “frequentemente a feira por motivos de saúde e qualidade dos alimentos” e “a feira contribui para o fortalecimento da agricultura familiar”.

Embora o número de consumidores entrevistados seja reduzido, seus relatos permitem identificar tendências relevantes sobre o consumo urbano agroecológico, sobretudo no que se refere à confiança na origem dos alimentos e ao reconhecimento da feira como espaço de educação alimentar e apoio direto à agricultura familiar.

Esses dados confirmam a feira como espaço de confiança, pertencimento e consciência alimentar, alinhado ao conceito de “mercados éticos” descrito por Darolt e Rover (2021a), nos quais o consumo é guiado por valores de solidariedade, transparência e reciprocidade.

Em suas falas, os consumidores também destacaram a socialização e o contato direto com os agricultores como fatores determinantes para sua frequência. Um deles relatou que “gosta de conversar, de saber de onde veio o alimento e de quem o produziu”, reforçando o caráter afetivo e pedagógico desse espaço. Essa dimensão humana é ressaltada por Cuervo, Hamann e Pizzinato (2019), que interpretam o ato de comprar em feiras agroecológicas como prática política e educativa, capaz de redefinir as relações entre campo e cidade e formar consumidores mais críticos e conscientes.

Sob essa perspectiva, a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto cumpre também função formadora e de resistência cultural, pois, ao mesmo tempo em que promove a valorização do alimento local e saudável, se contrapõe ao modelo agroalimentar dominante, baseado em monoculturas, agrotóxicos e intermediação concentradora de renda.

De acordo com Sabourin (2020), as feiras agroecológicas são expressões concretas da agroecologia como movimento social, nas quais a comercialização se torna um ato político de afirmação da soberania alimentar e da justiça social.

Além disso, a interação direta entre produtores e consumidores fortalece as redes territoriais de solidariedade e confiança, conforme já destacavam Schneider e Grisa (2015).

Essa proximidade rompe com o anonimato das cadeias alimentares convencionais e reaproxima o urbano e o rural, revelando a interdependência entre modos de vida e sistemas produtivos.

Os consumidores entrevistados também expressaram apoio explícito às causas sociais representadas pela feira, como a reforma agrária e a agricultura familiar agroecológica, afirmando que “comprar na feira é também um jeito de apoiar o pequeno produtor e lutar por uma alimentação mais justa”.

Essa percepção corrobora a tese de Wanderley (2021), segundo a qual a agricultura familiar transcende o campo econômico e se consolida como projeto ético de sociedade, baseado na cooperação, diversidade e sustentabilidade.

Assim, a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto pode ser compreendida como espaço de aprendizagem mútua entre produtores e consumidores, em que se formam valores, se constroem identidades e se criam pontes entre o campo e a cidade.

A feira atua, portanto, como arena de reconfiguração cultural, onde se difundem práticas e discursos que desafiam o consumo industrializado e reafirmam o direito humano à alimentação adequada e saudável.

De modo geral, as percepções colhidas indicam que a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto não é apenas um espaço econômico, mas uma experiência viva de transformação social, educação popular e resistência agroecológica. Ela articula produção e consumo solidário, campo e cidade, tradição e inovação, demonstrando que a agricultura familiar é, simultaneamente, um modo de vida e uma estratégia de futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto revelou-se, a partir dos dados analisados, como um espaço estratégico de articulação entre produção familiar, consumo urbano e práticas solidárias de comercialização. Os resultados evidenciaram que a feira ultrapassa a função mercantil, configurando-se como território de sociabilidade, resistência política e valorização dos modos de vida camponeses.

A presença de feirantes oriundos de diferentes municípios cearenses demonstra a capacidade integradora da feira, conectando territórios rurais ao espaço urbano e fortalecendo circuitos curtos de comercialização. Embora a participação juvenil ainda se apresente numericamente reduzida, sua presença indica sinais de renovação geracional, em contraponto ao cenário recorrente de êxodo rural da juventude.

A diversidade produtiva observada, associada ao beneficiamento artesanal dos alimentos, expressa estratégias concretas de agregação de valor e de enfrentamento das perdas por perecibilidade. Essa dinâmica reafirma a capacidade adaptativa da agricultura familiar diante das limitações estruturais enfrentadas.

Os desafios logísticos, a baixa frequência da feira, as dificuldades de transporte e a ausência de políticas públicas contínuas de apoio à comercialização mostraram-se fatores determinantes para a permanência dos feirantes e para a estabilidade da oferta de produtos. Ainda assim, a feira mantém-se como espaço de autonomia frente aos atravessadores e de fortalecimento das relações solidárias.

As percepções dos consumidores confirmaram elevado grau de confiança na origem dos produtos e reconhecimento da feira como ambiente de aprendizagem, convivência e consumo consciente. Essa interação direta entre produtores e consumidores consolida vínculos sociais e reforça a dimensão educativa e cidadã da agroecologia urbana.

Dessa forma, a Feira Cultural da Reforma Agrária do Centro Frei Humberto materializa princípios da agroecologia e da economia solidária, demonstrando que a agricultura familiar permanece como elemento estruturante da soberania alimentar e do desenvolvimento territorial sustentável no Ceará.

Por fim, os resultados indicam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de apoio à comercialização direta, investimento em infraestrutura e ampliação das ações de divulgação, como caminhos para a consolidação permanente da feira e para a valorização do trabalho das famílias agricultoras.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Inovações no combate à fome e à insegurança alimentar: a estratégia brasileira. **Revista de Estudios Brasileños**, [s.l.], v. 5, n. 10, p. 11–24, 2018.
- ARAÚJO, J. M.; RIBEIRO, J. C. Feiras livres e agroecológicas: cultura, identidade e segurança alimentar. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 45–52, 2018.
- ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas: uma política pública de convivência com o semiárido**. Recife: ASA, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Dispõe sobre a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER; IICA, 2004a.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER; IICA, 2004b.
- CARNEIRO, M. J. Desenvolvimento rural, políticas públicas e novas ruralidades. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 44–58, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v5i2.1459>.
- CARVALHO, F. A.; DAROLT, M. R. Cidadania produtiva e sustentabilidade: o papel das

feiras agroecológicas na autonomia camponesa. **Cadernos de Agroecologia**, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 1–15, 2022.

CASTRO, C. N. de. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Relatório: 1º seminário estadual de indicadores para um Ceará sem fome**. Fortaleza: SDA, 2025.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório 2023: direito humano à alimentação e soberania alimentar**. Brasília, 2023.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. Ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUERVO, M.; HAMANN, T.; PIZZINATO, A. Consumo e resistência: práticas alimentares em feiras agroecológicas urbanas. **Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 83–102, 2019.

CUNHA, D. M.; SABOURIN, E. Feiras agroecológicas e resistência camponesa: práticas sociais e inovação nos mercados solidários. **Revista de Políticas Públicas**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 110–128, 2020.

CURITIBA. Decreto nº 905, de 14 de março de 2025. **Regulamenta o funcionamento das feiras livres administradas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN)**. LegisWeb, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=475176>. Acesso em: 17 out. 2025.

CURITIBA. Portaria SMSAN nº 16, de 16 de março de 2021. **Estabelece o Protocolo Específico para o funcionamento das Unidades de Abastecimento, de Mercados e de Distribuição de Alimentos administradas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), como mecanismo de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de acordo com o quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19) e a situação de Risco Alto de Alerta – Bandeira Vermelha**. LegisWeb, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=411252>. Acesso em: 17 out. 2025.

DAROLT, M. R. **A sustentabilidade dos mercados de produtos orgânicos: uma abordagem sistêmica**. Curitiba: IAPAR, 2013.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Curitiba: Komedi, 2021b.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. Mercados éticos e redes de proximidade: transformações no consumo agroecológico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 58, p. 1-12, 2021a.

DIAS, P. C. *et al.* Purchases from family agriculture for school feeding in Brazil and its compliance with legislation. **Revista de Saúde Pública**, [s.l.], v. 54, p. 73, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054001926.

- FANTINI, A.; GASTAL, M. L.; SCHNEIDER, S. Agroturismo e circuitos curtos de comercialização de alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 56, n. 4, p. 1-14, 2018.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Relatório sobre a Década da Agricultura Familiar 2019–2028**. Roma: FAO, 2021.
- FONSECA, M. F.; RIBEIRO, S. R.; OLIVEIRA, F. M. Desafios logísticos da comercialização da agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 55–70, 2009.
- GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. de. A agricultura familiar e os desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 421–440, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233544>.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF e das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 55, n. 4, p. 611–636, 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, F. A. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA): participação social e políticas públicas de acesso à água no Nordeste**. Fortaleza: UFC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40336>.
- GOMES, I. R. A agricultura familiar na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará. **Sociedade & Natureza**, [s.l.], v. 36, p. 1-17, 2024.
- GONTIJO, F. **PBH abre vagas para quem quer ter barracas de alimentos em feiras da cidade**. Estado de Minas, 2025. Disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2025/06/7178745-pbh-abre-vagas-para-quem-quer-ter-barracas-de-alimentos-em-feiras-da-cidade.html?utm_source=chatgpt.com#google_vignette. Acesso em: 17 out. 2025.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- HAIR, J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBARRA, A. C. R.; RAMOS, N. B.; PIZZINATO, A.; HALINSKI, R.; ZIEBELL DE OLIVEIRA, M. Frequentadoras (es) de feiras orgânicas: Relações de consumo e de gênero em territórios brasileiros. **Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. e10922, 2023. DOI: 10.59171/nutrivisa-2023v10e10922.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IPECE. **Informe IPECE nº 220: Agricultura familiar e segurança alimentar no Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa social**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, [s.l.], n. 140, p. 1-17, 1932.

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A.; JOMALINIS, E. Trajetória e desafios da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 29, n. 3, p. 650–676, 2021.

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Articulação do Semiárido Brasileiro, 2007.

MARINI, F. S. *et al.* Perfil dos consumidores de feiras agroecológicas na Paraíba. **Cadernos de Agroecologia**, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 10-19, 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORO, G. A mercantilização dos orgânicos e os desafios para a agroecologia. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 143–160, 2011.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Feiras da Reforma Agrária em Fortaleza: comercialização solidária e agroecologia urbana**. Fortaleza: MST-CE, 2023.

PAULILO, Maria Ignez. Gênero, trabalho e poder na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 345–361, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n2p345>.

PISTELLI, M. A.; MASCARENHAS, G. C. Consumo consciente e redes solidárias de alimentação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 1-12, 2011.

PLOEG, J. D. VAN DER. **The New Peasantries: Rural Development in an Era of Globalization**. 2. Ed. London: Routledge, 2019.

SABOURIN, E. Políticas públicas e agricultura familiar: entre reconhecimento e descontinuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 415–437, 2020.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: avanços e desafios**. Brasília: FAO/OPAS, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc1038pt/cc1038pt.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANTANA, L. S. L. **Impactos da COVID-19 na agricultura familiar do Ceará: mudanças nos sistemas de produção e na sustentabilidade dos agroecossistemas**. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/73487>. Acesso em: 17 out. 2025.

SCHAEFFER, S. M. A estratégia de diversificação rural e o acesso aos capitais. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2023.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. Territórios rurais multifuncionais e agricultura familiar: permanências e transformações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 3, p. 407–426, 2015.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A agricultura familiar e suas múltiplas expressões. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 46, n. 2, p. 385–406, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>.

SECULT. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. **Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto**. Fortaleza: Mapa Cultural do Ceará, 2025. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/44480/>. Acesso em: 17 out. 2025.

SECULT. Secretaria da Cultura do Ceará. **Feira Agroecológica do Benfica fortalece agricultura familiar em Fortaleza**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2024.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as relações e a vida. Brasília: MDA; MMA, 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos papéis sociais e de gênero no meio rural. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 24–33, 2015.

SILVA, D.; FERREIRA, L.; NASCIMENTO, B.; SANTOS, C. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a agricultura familiar: avanços e desafios. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [s.l.], v. 28, p. 1-13, 2021.

SILVA, L. S. Agricultura orgânica e agroecologia: distinções conceituais e desafios de mercado. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 55–70, 2015.

SILVA, R. M. A. da; ARAÚJO, T. de. *Convivência com o Semiárido: experiências e contribuições para o desenvolvimento sustentável*. Fortaleza: Fundação Esquel do Brasil, 2011.

SOARES, M. A. de S. **Estratégias adotadas por agricultoras familiares agroecológicas durante a pandemia do COVID-19**. 2022. 34 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71054>. Acesso em: 17 out. 2025.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *In: PÉREZ, R. et al. (Org.). Abastecimento alimentar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

TRINDADE, F.; LIMA, R.; PEREIRA, A.; MEDEIROS, C. Infraestrutura e sustentabilidade das feiras agroecológicas: desafios e soluções comunitárias. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 90–107, 2023.

VASCONECELOS, J. M. G.; MOURÃO, A. E. B.; CAVALCANTE, A. C. R.; FRANCO, F. S. Práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido adotadas por agricultores familiares no Sertão Cearense. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS NATURAIS DO SEMIÁRIDO*, 1., 2013, Iguatu. **Anais** [...] Iguatu: SBRNS, 2013. p. 1-6.

VERANO, P.; MEDINA, G. Redes alimentares curtas e territorialização da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. **Revista Campo-Território**, [s.l.], v. 14, n. 32, p. 92–116, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. O futuro da agricultura familiar: entre permanências e transformações. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 29, n. 1, p. 11–30, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-1>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIMMERMANN, S. A. Comparing Food Policy in Cities: Curitiba (Brazil) and Belo Horizonte (Brazil). *In: DOBRANSZKY, G. (Org.). Food Policy in the Global South*. Berlin: Springer, 2024. p. 145–170.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Parte 1 – Perfil

1. Idade: _____
2. Município/localidade de origem: _____
3. Há quanto tempo participa da Feira Frei Humberto? _____

Parte 2 – Produção e comercialização

4. Principais produtos que comercializa: _____
5. A produção é exclusivamente familiar?
 - Sim
 - Não
6. Participa de programas de incentivo (PAA, PNAE, projetos locais)?
 - Sim. Qual? _____
 - Não

Parte 3 – Dificuldades e apoio

7. Principais dificuldades na comercialização (ex.: transporte, preço, perecibilidade): _____
8. A feira contribui para sua renda familiar?
 - Muito
 - Médio
 - Pouco
 - Nada
9. Percentual aproximado da renda familiar proveniente da feira:
 - Até 25%
 - 26–50%
 - 51–75%
 - Mais de 75%
10. Participa de associação ou cooperativa? Sim Não. Qual? _____

Parte 4 – Escala de percepção (1 = Discordo totalmente; 5 = Concordo totalmente)

11. Tenho dificuldade em formar preços justos para meus produtos. (1–5) _____
12. Sofro perdas significativas devido à perecibilidade dos alimentos. (1–5) _____
13. O transporte/infraestrutura limita minhas vendas. (1–5) _____
14. A feira aumenta minha autonomia em relação a atravessadores. (1–5) _____
15. Recebo apoio suficiente (associações, ATER, crédito) para produzir e comercializar. (1–5) _____

Parte 5 – Questão aberta

16. Que mudança simples ajudaria a aumentar suas vendas na feira?
-

**APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE PRODUTOS
COMERCIALIZADOS NA FEIRA CULTURAL DA REFORMA AGRÁRIA DO
CENTRO FREI HUMBERTO**



